

Reunião de 18/9/1975



Presentes: Eng<sup>a</sup> M<sup>a</sup> de Lourdes Pintasilgo, que presidiu  
Dr<sup>a</sup> Aurora Fonseca  
Dr<sup>a</sup> Maria João Seixas  
Dr<sup>a</sup> Maria de Jesus Belo  
Dr<sup>a</sup> Regina Tavares da Silva  
Dr<sup>a</sup> Bertina Sousa Gomes

A Presidente abriu a reunião dizendo que há, neste momento, necessidade de "arrumar" as perspectivas da Comissão em termos de tempo. Pensou já o assunto, tendo recapitulado o que ficou ainda por fazer, e quais as possibilidades de continuidade.

Foi analisado um quadro elaborado durante a reunião dos dias 13 e 14, em que estão ordenadas as principais prioridades e objectivos da CCF.

A Dr<sup>a</sup> Aurora Fonseca focou, na sua primeira intervenção, o problema dos retornados de Angola. pôs-se a hipótese de ser lançada pela Comissão, aproveitando o auxílio oferecido pela República Federal da Alemanha, a ideia da construção de uma "cidade modelo" para os retornados de Angola e desalojados em geral. A Comissão teria apenas a responsabilidade da ideia. A finalidade desta cidade seria, além de resolver o problema do alojamento, criar novos postos de trabalho, escolas, cooperativas, etc. Tendo este assunto sido largamente debatido, tiraram-se algumas conclusões importantes, a salientar:

- Os retornados têm grande dificuldade de integração e adaptação, pelo que uma cidade deste tipo teria inconvenientes. No entanto, a tentativa de integrar os retornados nos poucos postos de trabalho já existentes não tem dado resultado.
- Não havendo no País uma política de emprego, como é que estas pessoas iriam trabalhar? Como é que iria fazer-se a criação de riqueza, para depois a poder distribuir?
- A criação de empregos teria apenas a duração da construção da cidade. E depois?
- Será que a ideia da criação desta nova comunidade deve partir da Comissão? Os Ministros estariam de acordo? Ou será que a Comissão deveria antes trabalhar com as mulheres retornadas a outro nível?
- O problema da integração dos retornados, a maneira como se processa, é muito diferente nas aldeias e nas cidades. Nas aldeias é muito mais fácil, toda a gente ajuda, o que já não acontece nas cidades.
- Seria talvez bom desencadear este processo, mas não com os retornados como "mola de arranque". Haveria que pensar em todos os desalojados.
- O País não está a funcionar de molde a poder equacionar a complexidade de problemas que um projecto destes suporia. A criação de empregos não é apenas um acto de vontade, é um processo muito complexo.

Ainda dentro deste campo, foi salientado que há uma premência muito grande de acolher as pessoas. Não poderia ser desencadeada uma acção de voluntariado? Isto poderia resolver algumas situações concretas. Tem-se teorizado bastante. Há agora que encontrar denominadores comuns extremamente factuais e que poderiam ser a ferramenta da nossa ajuda, da nossa luta, do nosso apoio.

*hipóteses*

Outras prioridades a que é necessário dar atenção, neste momento, são:

- Alfabetização (com uma temática específica para as mulheres?...)
- Educação, que permitisse iguais oportunidades de emprego e possibilidades até de promoção;
- o problema das raparigas rurais e da sua educação (relacionada com o trabalho agrícola);
- o meio industrial
- a educação permanente das mulheres trabalhadoras;
- o problema da mão de obra feminina desempregada;
- a importância de o OGE dar atenção às necessidades reais;
- o problema dos serviços de saúde, da falta de pessoal para tratar dos doentes. (Não poderiam os cuidados sanitários ser realizados por mulheres?);
- projectos de colaboração com os departamentos que estão representados na Comissão.

Foi marcada a próxima reunião para o dia seguinte (19 de Setembro) pelas 15h30m.



Fundação Cuidar o Futuro